

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Ações de estatais são oportunidade de ganho, mas só a longo prazo	2
Título: Energia Verde	4
Título: O Brasil e a biodiversidade	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Acordo da Petrobras nos EUA não encerra investigação sobre executivos	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: » Diga-me como.	8
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: No Rio, candidatos colocam em xeque a venda da Cedae	8
Título: Bolsonaro promete devassa na Petrobras	10
Título: Destaques	12
Título: Trina aposta no Brasil mas descarta fábrica local no curto prazo	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/10/2018****Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro SÃO PAULO****Título: Ações de estatais são oportunidade de ganho, mas só a longo prazo**

Petrobras, BB e Eletrobras se destacam. Analistas ressaltam, porém, que papéis enfrentarão volatilidade até o 2º turno

As ações de empresas estatais ganharam os holofotes em meio à disputa eleitoral. A expectativa sobre quem deve ganhar as eleições e a política econômica do próximo governo levam forte volatilidade a esses papéis. Para quem busca ganho a longo prazo, isso pode se traduzir em boas oportunidades. No entanto, alertam especialistas, é preciso estar atento aos riscos embutidos nessas escolhas, em especial a curto prazo.

A Eletrobras é um exemplo disso. A vantagem do candidato do PSL, Jair Bolsonaro, na disputa pela Presidência frente ao segundo colocado, Fernando Haddad (PT), fez as ações da empresa dispararem no dia 8 deste mês, após o primeiro turno: 18% nos papéis preferenciais (PN, sem direito a voto). O motivo é que Paulo Guedes, guru econômico do deputado, defende um amplo plano de privatizações. Com uma gestão privada, avaliam investidores, a Eletrobras poderia se tornar mais eficiente e lucrativa.

SETOR BANCÁRIO É APOSTA

Mas a frustração veio dois dias depois, ao Bolsonaro dizer que não privatizaria a geração de energia, somente a distribuição. As ações da Eletrobras caíram quase 10%

— Ele frustrou as expectativas. Isso jogou um pouco de água fria no otimismo do mercado — diz Glauco Legat, analista-chefe da corretora Spinelli.

Em 2018, as ações da Eletrobras acumulam ganhos de 5,7%. Em relação à sua maior cotação do ano, quando o governo Temer trabalhava para a privatização da empresa, os papéis perdem 17,9%.

Legat lembra que Guedes defende arrecadar no mínimo R\$ 1 trilhão em privatizações e venda de outros ativos da União para abater da dívida pública. Nos cálculos do analista da Spinelli, as participações em estatais negociadas em Bolsa (Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras) somam cerca de R\$ 250 bilhões.

— Olhando pelo que o Bolsonaro falou, ao afirmar que não venderá ativos estratégicos, acho que não dá para levar esse valor tão a sério — diz Legat, para quem o BB tem maior potencial de ganhos.

O banco público também é a estatal preferida por Rafael Bevilacqua, estrategista chefe da Levante Investimentos. Para ele, o setor bancário tende a manter o crescimento dos ganhos com a recuperação da economia:

— O setor bancário é um bom negócio independentemente do cenário, e o Banco do Brasil, entre os grandes, está barato. A expectativa é de melhora de crédito, com a retomada da confiança e desemprego em queda.

As ações do banco, no ano, acumulam alta de 17,2%, contra 8,5% do Ibovespa.

— Há um sentimento de que vamos ter uma menor interferência do Estado na economia — resume Pedro Guilherme Lima, analista da Ativa Investimentos.

No caso de mudanças no cenário eleitoral, com avanço de Haddad, esses papéis seriam fortemente pressionados. O maior temor é o de ingerência nas estatais, como ocorreu no governo Dilma Rousseff.

— Assim, essas ações já incorporaram praticamente todos os ganhos de uma vitória do Bolsonaro. Uma segunda onda de valorização vai depender da gestão a ser implementada — diz Bevilacqua.

Além desse risco político, a Petrobras, que retomou o posto de empresa mais valiosa da Bolsa brasileira, ainda tem influência direta da cotação internacional do petróleo. Parte da recuperação da estatal está atrelada a isso: as ações PN sobem 57,4% no ano, enquanto o barril do tipo Brent acumula alta de cerca de 25%.

NOS ESTADOS, CENÁRIO IGUAL

Com relação às estatais estaduais, a Cemig se destaca, com valorização de 57% no ano. O segundo turno em Minas Gerais está sendo disputado por Romeu Zema (Novo) e Antonio Anastasia (PSDB), ambos favoráveis à privatização da empresa de energia. Os investidores demonstram preferir uma vitória de Zema: após uma pesquisa de intenção de voto apontar sua vantagem, os recibos de ações da Cemig negociados na Bolsa de Nova York (ADRs, na sigla em inglês) subiram 7,85% na sexta-feira, feriado no Brasil.

Bevilacqua, da Levante, lembra, porém, que a Cemig precisa de ajustes. A perspectiva é que essa forte valorização continue, mas é uma opção mais indicada para o investidor de longo prazo, dada a volatilidade. Para quem quer correr menos riscos, ele recomenda outra estatal mineira, a Copasa.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/10/2018****Seção: Sociedade****Autor: Rafael Ciscati****Título: Energia Verde**

Brasil pode produzir eletricidade a partir de biomassa de florestas

Quando ratificou o Acordo de Paris —um esforço empreendido por 195 países para evitar a escalada do aquecimento global —, em 2016, o Brasil traçou uma série de metas que poderiam ajudar a reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Um dos objetivos era ampliar o uso de fontes alternativas de energia e restaurar, ou reflorestar, 12 milhões de hectares de florestas até 2030.

Mas pouco se fez para atingir esse compromisso. Um estudo inédito do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), ONG que pesquisa emissões de poluentes, sugere que é possível traçar um plano para avançar no cumprimento de duas metas simultaneamente: plantar florestas e aumentar a participação das fontes renováveis de energia.

Segundo o relatório, batizado de Florestas Energéticas, o Brasil tem potencial para gerar 11,6 GW por ano —o equivalente a mais de duas usinas hidrelétricas como a de Belo Monte —a partir da biomassa de florestas plantadas, uma fonte de energia renovável. A ideia, grosso modo, é plantar árvores para produzir eletricidade.

—Nossa intenção foi demonstrar que temos alternativas às termelétricas alimentadas por combustíveis fósseis, muito poluentes — diz o pesquisador Munir Soares, um dos responsáveis pelo estudo. —Avaliamos se isso é factível. A conclusão é de que o Brasil tem uma opção de acelerar seu processo de descarbonização.

Descarbonizar, no caso, significa gerar eletricidade sem emitir gás carbônico, um dos gases responsáveis pelo aquecimento global. Nesse esquema, queima-se a madeira cultivada em florestas de eucalipto, menos poluente que o carvão ou o gás natural usados nas usinas termelétricas. Há outra vantagem ambiental: ao crescer, as árvores de eucalipto absorvem dióxido de carbono em quantidade suficiente para neutralizar os gases emitidos pela queima.

Segundo o instituto, o Brasil tem potencial para ocupar 6,3 milhões de hectares com florestas de eucalipto até 2030. As novas florestas poderiam ocupar áreas hoje destruídas, como regiões de pastagem degradadas. Dos 6,3 milhões,

1,6 milhão comporiam a chamada reserva legal, uma porção dos imóveis rurais destinada a recomposição e preservação da mata nativa.

Essa área de floresta, diz o estudo, poderia absorver 17 vezes a quantidade de gás carbônico produzida pela geração de toda a energia que hoje abastece o Sistema Integrado Nacional (SIN), a infraestrutura responsável por levar eletricidade à maior parte do país. André Ferreira, professor da USP e presidente do lema, afirma que o objetivo do estudo não é estimular o Brasil a plantar florestas de eucalipto maciçamente.

Mas demonstrar que existem caminhos para a produção de energia mais sustentáveis: —Se quiser expandir a geração de energia hidrelétrica, o país precisará explorar o potencial da região amazônica, a um custo socioambiental muito alto — diz Ferreira. A discussão é urgente, segundo o pesquisador, porque, nos últimos anos, o Brasil aumentou a produção de energia a partir de termelétricas fósseis, em reação aos problemas de abastecimento dos reservatórios de hidrelétricas.

A biomassa de florestas plantadas é uma alternativa interessante por ser mais controlável, em oposição a alternativas como a energia solar ou eólica, que são intermitentes e variam em função do clima. Se quiser crescer economicamente nos próximos anos, o Brasil terá de gerar mais energia. Segundo projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), até 2032, o consumo energético brasileiro deverá saltar, dos 465 TWh empregados em 2017, para 787,5 TWh.

ENERGIA PRODUZIDA É CARA

Por ora, a energia produzida a partir de biomassa de florestas plantadas é cara. Há somente 12 projetos do gênero em funcionamento, cuja energia é vendida por cerca de R\$ 500 por MWh. Muito mais que os R\$ 200 por MWh que se paga pela eletricidade proveniente de termelétricas a gás natural.

Políticas públicas adequadas, que valorizem atributos ambientais, poderiam torná-la mais competitiva. Ainda que neutralizem emissões, florestas de eucalipto também causam impacto. —Produzir energia a partir de eucalipto é algo positivo.

Mas é preciso cuidado para que essas árvores não desabasteçam lençóis freáticos e agravem os efeitos das mudanças climáticas nas regiões em que forem plantadas — diz Pedro Brancalion, do Laboratório de Silvicultura Tropical da Esalq/USP.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/10/2018****Seção: Opinião****Autor: Suzana Kahn****Título: O Brasil e a biodiversidade**

No fim do ano ocorrerão duas conferências internacionais, nas quais o Brasil usualmente tem protagonismo: a 14ª Conferência das Partes (COP) de Biodiversidade e a 24ª Conferência das Partes (COP) sobre mudanças climáticas. Apesar de os temas serem correlatos, pouca sinergia existe entre as COPs, e raramente o que nelas se discute é incorporado em nossa agenda econômica. O Brasil, no entanto, é o país que mais teria a ganhar, no médio e no longo prazos, caso atentasse para suas potencialidades de país mais megadiverso do mundo, abrigando seis diferentes biomas (Amazônia, Pantanal, Cerrado, Pampa, Mata Atlântica e Caatinga) e nível de emissão de gases de efeito estufa per capita ainda baixos, com várias alternativas de energia renovável. Enfim, tem um valioso ativo ambiental que deveria estar sendo usado para alavancar seu progresso num mundo que apresenta restrições ambientais crescentes.

Portanto, um novo modelo de desenvolvimento que contemple os temas das duas COPs nos favoreceria. No Brasil estão concentrados 30% das florestas tropicais do mundo, incluindo a Amazônica e a Mata Atlântica. Todos nós dependemos das florestas, mesmo aqueles que vivem distante delas. Elas nos asseguram serviços ambientais essenciais, como a regulação do clima e a manutenção e oferta de água. Sua importância também pode ser traduzida em inúmeras possibilidades econômicas decorrentes de sua utilização de forma sustentável. As multiplicidades de usos acabam por auxiliar em sua própria manutenção. A biodiversidade encontrada na floresta é uma enorme fonte de matérias-primas para alimentação, incluindo agricultura e pesca, medicamentos, cosméticos, energia e construção civil, além de oportunidades para turismo e lazer. No campo da geração de energia, a biomassa representa hoje a fonte renovável com maior potencial para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Cenários internacionais mostram que é crescente no mundo o seu uso e o de outros resíduos na produção de eletricidade e que ela pode desempenhar um papel fundamental na descarbonização dos sistemas de eletricidade, fornecendo uma fonte estável de energia com baixo teor de carbono. O Brasil é pródigo em biomassa. Mas, apesar de a bioeletricidade poder ser gerada a partir de várias fontes, só tem expressão no país a bioeletricidade gerada a partir do bagaço e da palha de cana-de-açúcar. Embora outras fontes com potencial de gerar eletricidade ainda sejam incipientes, há enorme capacidade de crescimento na oferta nacional de energia elétrica.

Se o Brasil continuar negligente em relação à conservação e ao uso apropriado de sua biodiversidade e der pouca atenção às metas climáticas, o mundo e o nosso país se ressentirão por conta da perda de benefícios ambientais oriundos de nossas florestas, resultando em cada vez menos segurança alimentar, hídrica e climática. Por outro lado, perderemos a oportunidade de liderar um novo modelo de desenvolvimento. É importante que, nesses próximos dias, os eleitores analisem as intenções dos candidatos à Presidência da República, de forma a verificar qual deles terá condição de nos colocar na liderança rumo a um desenvolvimento moderno e sustentável.

Para isso, é necessário buscar informações e conferir suas propostas. Precisamos saber qual deles está disposto e será capaz de promover ações e aglutinar atores no meio político, acadêmico e empresarial para elaborar estratégias de aproveitamento da potencialidade ambiental do país, alinhando o Brasil com as necessidades mundiais, de forma a enfrentar alguns dos maiores desafios desse século: a redução dos recursos naturais e da biodiversidade e o aquecimento global.

Suzana Kahn é professora da Coppe/UFRJ e presidente do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Acordo da Petrobras nos EUA não encerra investigação sobre executivos

Mercado Aberto

O acordo fechado pela Petrobras há duas semanas com a SEC (Securities and Exchange Commission) e com o Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos encerrou as ações judiciais contra a petroleira, refere-se apenas à pessoa jurídica. Para os ex-gerentes e ex-diretores da companhia, as investigações não acabaram. A multa acertada foi de US\$ 853 milhões (cerca de R\$ 3,3 bilhões), dos quais 80% dos valores acertados com a SEC e com o DOJ serão investidos no Brasil. A reguladora do mercado acionário americano receberá US\$ 85 milhões, montante que também será destinado ao DOJ dos EUA.

Enquanto a Petrobras divulgou que "os acordos encerram completamente as investigações das autoridades norte-americanas" em relação aos controles

internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da companhia, durante entre 2003 a 2012", a SEC informou que as investigações continuam no país (para os funcionários).

Os principais investigados da companhia já condenados no Brasil em segunda instância são: Renato de Souza Duque, ex-diretor de serviços e engenharia; Paulo Roberto Costa, então diretor de abastecimento; Pedro José Barusco Filho (ex-gerente de engenharia da estatal).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/10/2018

Seção:

Autor: Andreza Matais

Título: » Diga-me como.

Coluna do Estadão

Michel Temer e **Moreira Franco** conversaram na semana passada sobre medidas para baratear a conta de luz. Uma das alternativas seria cortar subsídios incluídos no preço final da tarifa. COM NAIRA TRINDADE E JULIANA BRAGA

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: No Rio, candidatos colocam em xeque a venda da Cedae

Adversários no segundo turno da eleição ao governo fluminense, Eduardo Paes (DEM) e Wilson Witzel (PSC) pretendem rever um dos pontos-chave do acordo que viabilizou o socorro financeiro da União ao Estado do Rio de Janeiro em 2017: a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Como parte do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a empresa de saneamento teve parte de suas ações (até 50%) dada como garantia do empréstimo de R\$ 2,9 bilhões concedido ao Rio pelo banco BNP Paribas.

"No meu governo, a Cedae vai se manter como companhia pública", afirma Paes, em resposta enviada por sua assessoria de imprensa. "Mas é possível fazer investimentos, e a própria Cedae tem estudos nessa direção, para trabalhar com Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões em áreas como

Baixada Fluminense e São Gonçalo." O ex-prefeito alega que não há obrigatoriedade de privatizar a Cedae, uma vez que a companhia seria apenas uma garantia para a quitação do débito com o BNP Paribas. "Como nós vamos fazer o dever de casa, essa garantia não vai ser exercida", argumenta.

No mês passado, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou por 48 votos a zero uma emenda revogando o artigo de lei que permitia a venda das ações da Cedae. Em 21 de setembro, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, vetou a emenda com a justificativa de que a proibição de venda da Cedae "fulminará o plano de recuperação fiscal adotado pelo Estado do Rio de Janeiro".

Líder de votos no primeiro turno da eleição para o governo do Rio, Witzel defende a abertura do setor do saneamento público com a entrada de novas empresas, que competiriam com a Cedae a partir da assinatura de contratos longos e com segurança jurídica. A ideia é que a Cedae se adapte à concorrência, ganhando eficiência.

"[Uma] eventual privatização teria que ser discutida com calma pela sociedade e com esta finalidade, nunca dentro de um contrato de empréstimo para pagamento de rombos da gestão caótica de Pezão e [do ex-governador Sérgio] Cabral, desvalorizando esse importante ativo do Estado. Nesse modelo sou e serei sempre contra o uso da Cedae como garantia de empréstimo", esclarece Witzel, por mensagem.

A sinalização de que o futuro governador do Rio, seja ele Paes, seja Witzel, é contrário à privatização funciona como um estímulo para que os deputados derrubem o veto, reconhece Luiz Paulo Corrêa da Rocha, líder da bancada do PSDB na Alerj. "A privatização foi imposta pelo [presidente Michel] Temer com o apoio do **Moreira Franco** [então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência]", afirma Rocha. "Não faz sentido manter a privatização se os dois candidatos ao governo do Rio já se manifestaram contra."

Rocha dá como certa a derrubada do veto de Pezão se a votação da emenda acontecer ainda neste ano. Caso a decisão seja postergada, o resultado pode ser distinto, uma vez que 34 dos 70 deputados da casa não se reelegeram.

Autor da emenda que proíbe a venda da Cedae, o deputado Paulo Ramos (PDT) defende o pagamento do empréstimo do BNP Paribas com créditos provenientes de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que em 2017 reconheceu o direito de imunidade tributária à Cedae em relação a impostos federais. "O compromisso é de pagar o empréstimo. Não será com a venda da Cedae", afirma. Além da imunidade, a decisão garante a devolução dos impostos já cobrados até cinco anos antes da proposição da ação. Ramos estima

que seriam devolvidos R\$ 2 bilhões em recursos recolhidos com o Imposto de Renda.

Pelo menos até 2016, as PPPs eram apontadas como a principal alternativa à privatização da Cedae na administração do governador Luiz Fernando Pezão. A resistência inicial de Pezão à venda da companhia acabou sendo vencida com o agravamento da crise fiscal fluminense, o que obrigou o governo do Rio a aceitar a privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2018

Seção: Política

Autor: Ribamar Oliveira e Fernando Exman | De Brasília

Título: Bolsonaro promete devassa na Petrobras

O candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, está decidido, se eleito, a realizar uma devassa na Petrobras e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em paralelo, Bolsonaro pretende realizar duas mudanças estratégicas nesses setores: acabar com o financiamento de obras no exterior, no caso do BNDES; e revisar o modelo de exploração do petróleo do pré-sal, atualmente por regime de partilha, o que dependerá de uma discussão e mudança de legislação pelo Congresso.

"Ele vai fazer uma auditoria profunda", afirmou ao **Valor** um integrante do núcleo da campanha de Bolsonaro, referindo-se ao BNDES e à Petrobras, que já foram alvos de investigações e operações da Polícia Federal. "É para abrir a caixa-preta", acrescentou.

Embora o discurso de Bolsonaro seja favorável a privatizações de ativos da União não estratégicos, a avaliação na campanha bolsonarista é que o Banco do Brasil já opera num formato considerado positivo, sob controle do governo e com ações suficientemente pulverizadas no mercado. "O lucro do BB já é distribuído também para acionistas privados", explicou. Em relação à Caixa Econômica Federal, ponderam interlocutores do candidato, ela não constará da lista de estatais a serem concedidas ou vendidas à iniciativa privada. A Caixa poderia, inclusive, ter seu tamanho e poder de ação multiplicados. Desde que fique nas mãos de técnicos, e não sob a direção de indicações políticas.

Integrantes da campanha acreditam que essas medidas no BNDES e na Petrobras poderiam demonstrar que Bolsonaro de fato tem como prioridade atacar e divulgar os malfeitos praticados nas duas estatais durante os governos do PT, e não permanecerá apenas criticando e fazendo discursos contra tais práticas. Um dos objetivos é investigar até que ponto chegou o "aparelhamento

político" das duas empresas estatais. O candidato do PSL já disse que não aceitará indicação política para o preenchimento dos cargos de direção de estatais.

O programa de governo da coligação encabeçada pelo deputado Jair Bolsonaro e que foi protocolado na Justiça Eleitoral fez um diagnóstico do setor de petróleo e gás natural. De acordo com o documento elaborado, depois da descoberta do pré-sal, a regulação do petróleo foi orientada pelo estatismo, gerando ineficiências. O programa critica ainda a exigência de conteúdo local, dizendo que a regra reduz a produtividade e a eficiência, "além de ter gerado corrupção".

Para a campanha bolsonarista, não houve impacto positivo para a indústria nacional no longo prazo. "Assim, será necessário remover gradualmente as exigências de conteúdo local", destaca o documento. "A Petrobras deve vender parcela substancial de sua capacidade de refino, varejo, transporte e outras atividades onde tenha poder de mercado."

Um dos especialistas ouvidos pela campanha na área de petróleo e mineração é Fernando Coutinho, da Universidade de Brasília. Outro quadro da UnB, Antônio Flávio Testa, é o responsável por coordenar as discussões sobre produtividade e a redistribuição de receitas entre os entes da federação. Um terceiro professor da UnB, Roberto Ellery, foi chamado para dar sugestões na área macroeconômica.

O programa de governo protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também aborda o papel que o Banco teria num eventual governo Bolsonaro: "O BNDES deverá retornar à centralidade em um processo de desestatização mais ágil e robusto, atuando como um 'banco de investimentos' da União e garantindo que alcancemos o máximo de valor pelos ativos públicos".

A oposição do candidato do PSL à privatização da Eletrobras está diretamente relacionada com a forte atuação dos chineses na área. Bolsonaro tem apontado a diferença entre as aquisições feitas por empresas da China e por empresas privadas de outros países. "Quem está por trás das aquisições feitas pela China é o Estado chinês, que vem adquirindo muita coisa na América do Sul e na África", observou um membro da equipe de assessores. "Ele se preocupa muito com essa questão."

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto. Decisões da Justiça colocaram a companhia como vítima do esquema de corrupção que ficou conhecido como petrolão. O BNDES não retornou até o fechamento desta matéria.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/10/2018****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Engie e fundo miram TAG

A francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec planejam oferecer até US\$ 9 bilhões (R\$ 34 bilhões) para a Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras, segundo a Bloomberg. O valor representa cerca de US\$ 1 bilhão a mais do que a oferta inicial. A Engie, cuja oferta inicial era a mais alta (de US\$ 8 bilhões incluindo dívida), pretende aumentar o valor para garantir a aquisição, no momento que o crédito barato está ajudando nos financiamentos para aquisições. Na semana passada, o **Valor** reportou que o governo tenta destravar a venda de ativos da Petrobras, principalmente a TAG, ainda neste ano. A ideia é usar o dispositivo da Lei 9.478 de 1997, a Lei do Petróleo, para retomar a negociação, mesmo sem decisão sobre uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu vendas de estatais sem o aval do Legislativo. O entendimento já foi testado com sucesso da venda de fatias majoritárias da Eletrobras em sociedades de propósito específico (SPEs).

CPFL Renováveis

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu, na quinta-feira, o registro para oferta pública de aquisição de ações (OPA) da CPFL Renováveis, a ser realizada pela chinesa State Grid. O valor para a compra é de R\$ 14,60 por ação, ante os R\$ 12,20 proposto pela estatal da China em fevereiro de 2017. Corrigido pela Selic, o preço chega perto de R\$ 17,00 por ação. A State Grid foi obrigada a lançar a OPA pela Renováveis após adquirir o controle da CPFL Energia, dona direta da operação. O valor foi alvo de uma longa batalha na CVM com minoritários de peso, como o BTG Pactual, a gestora Pátria, IFC, Arrow e DEG, banco de fomento da Alemanha. O gasto da companhia chinesa com a oferta, incluída a correção, pode subir de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 4,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Trina aposta no Brasil mas descarta fábrica local no curto prazo**

A chinesa fabricante de painéis solares fotovoltaicos Trina, que montou um escritório no Brasil há quase dois anos para avaliar investimentos, ainda não considera ser o momento de montar uma fábrica no país. O vice-presidente da empresa, Rongfang Yin, disse que, quando esteve aqui pela primeira vez, há dois anos, a ideia era nesse caminho. Logo depois, contudo, veio uma "estiagem" de novos leilões de geração de energia, o que fez com que a Trina revisse os planos. Agora, a companhia quer condições mais atrativas para investir.

Isso não muda os planos para o mercado brasileiro, no qual a Trina tem como meta ser a terceira maior fornecedora de painéis solares. Hoje, é a quinta, importando os equipamentos de suas fábricas na China e Europa.

"Dois anos atrás eu estive aqui no Brasil e nosso plano era construir uma fábrica. Infelizmente, a política mudou, e os leilões foram suspensos. Decidimos, então, também suspender nossos planos", disse Yin, que fez sua segunda visita ao país na última semana.

Agora, a Trina avalia o mercado de energia solar no Brasil e América Latina para decidir se investirá em produção local. "Acho que devemos olhar como o Brasil estará depois das eleições, como o cenário política estará e o que vai acontecer nesse mercado", disse.

Os planos da Trina para a região são de longo prazo, mas a decisão sobre a construção da fábrica e se será no Brasil ou um país vizinho vai depender dos acontecimentos futuros. "Vai depender dos custos, da política local, desse 'índice' financeiro", explicou Yin. Segundo ele, além de Brasil, as prioridades na região, são os mercados do Chile e do México, além de Argentina e Cuba, que também oferecem oportunidades de negócios.

O executivo diz que instalar uma fábrica com demanda inferior a 5 gigawatts (GW) em projetos pode ser arriscado, devido aos fornecedores já instalados na região, mas a tendência é que isso aconteça. "Temos que ver qual a melhor localização [para a fábrica] e melhor momento. Vamos decidir isso com base em modelos financeiros", disse.

Chinesa começou 'atrasada' no mercado brasileiro, mas vê crescimento acelerado na demanda do setor

Atualmente, a Trina tem oito fábricas, três delas na China. Duas ficam na Europa, e outras três em países asiáticos. Os sistemas solares fotovoltaicos vendidos no Brasil são importados das unidades chinesas. "Do meu ponto de vista, a energia 'limpa' vai crescer rapidamente nos próximos anos. O Brasil, claro, é uma rota muito importante nesse mercado, por ter muito espaço, insolação e uma população jovem. A demanda está aqui", disse o executivo.

A expectativa da companhia é atingir, em dois anos, o posto de terceira maior fornecedora de painéis fotovoltaicos do país. "Começamos um pouco atrasados, mas continuamos investindo. As oportunidades estão ficando maiores", disse.

A Trina fornece equipamentos tanto para projetos em grande escala quanto de geração distribuída. Segundo Yin, o foco, no Brasil, é em projetos menores, ao menos por enquanto, porque os grandes parques solares têm como investidores companhias estrangeiras, de países como Estados Unidos, Espanha e Itália. A Trina tem negócios com essas empresas fora do Brasil, mas aposta que os desenvolvedores globais devem comprar os painéis internacionalmente. "Estamos focados mais em clientes residenciais e geração distribuída, achamos que a Trina tem vantagens aqui", afirmou. No futuro, a companhia também pretende se concentrar em grandes clientes.

"Nossa solução é competitiva. É uma opção muito boa para satisfazer as necessidades de um mercado como o Brasil, na qual os recursos solares são altos, e é difícil atender as necessidades de geração de todas as regiões mais distantes. Consideramos que a fonte solar é uma solução perfeita para isso", disse Álvaro García-Maltrás, diretor-geral da Trina para América Latina e Caribe.

A companhia também desenvolve a tecnologia de baterias para estocar energia, por meio da Trina Battery Energy Storage Systems (TrinaBESS), que desenvolve e entrega baterias para distribuidoras, geradoras e distribuidoras voltadas para mercados residencial e comercial. Combinadas aos painéis solares, podem tornar os consumidores menos dependentes do sistema das distribuidoras.

"É um novo negócio para a Trina. Estamos ativos em negócios no Japão, Europa, Austrália e alguns mercados asiáticos", disse.

Fundada em 1997 pelo seu presidente, Jifan Gao, a Trina tem mais de 15 mil funcionários em todo o mundo, e já exportou mais de 32 GW em painéis solares. A companhia chegou a ser listada na Bolsa de Nova York, mas decidiu fechar seu capital em 2016, em uma operação que envolveu o desembolso de mais de US\$ 1 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Fernanda Pires | De São Paulo****Título: Terminal em Suape amplia capacidade**

A Pandenor acaba de concluir o investimento de R\$ 80 milhões na expansão do parque de tancagem para grânéis líquidos no terminal que explora no complexo industrial portuário de Suape (PE). A empresa ergueu oito novos tanques que elevaram a capacidade de armazenamento a 122 mil metros cúbicos de combustíveis. A nova estrutura já entrou em operação.

As obras duraram um ano e meio e os desembolsos incluíram automação de processos de operação de navios e operação rodoviária. As intervenções incluíram ainda novos dutos para garantir o atendimento da demanda adicional.

O terminal importa produtos de países como os Estados Unidos, Holanda e Bélgica. No mercado doméstico, a carga é distribuída para toda a região Nordeste. Em 2017, a Pandenor importou 446 mil metros cúbicos de combustíveis e, no primeiro semestre deste ano, 127,2 mil metros cúbicos.

Os terminais de grânéis líquidos e gases do porto de Suape e a Refinaria Abreu e Lima respondem, juntos, por quase 80% de toda movimentação de Suape.

Em nota, o presidente do complexo industrial portuário de Suape, Carlos Vilar, disse que a ampliação da oferta de armazenagem consolida a liderança nacional do porto na movimentação de grânéis líquidos.

MME / ASCOM .